

Carta-convite

Supervisão

Propor um número da RBP com foco na supervisão nos pareceu pertinente porque, apesar de ser algo intrínseco à formação de um psicanalista, raramente é abordado em trabalhos científicos. Essa atividade, no entanto, está no cerne do desenvolvimento de todo analista praticante, seja quando se submete a ela, seja quando a exerce como supervisor.

Na formação do psicanalista, a supervisão surgiu de maneira informal quando os discípulos de Freud passaram a procurá-lo para se orientarem em seus atendimentos. É possível pensar igualmente que as cartas de Freud a Fliess poderiam ser a busca de uma segunda opinião a respeito do trabalho que desenvolvia, já que lhe faltavam interlocutores. As primeiras reuniões das quartas-feiras, em que havia trocas entre os primeiros associados de Freud, podem ser vistas como algo que tenderia para o que, na década de 1920, seria denominado *supervisão* no Instituto de Berlim, com Abraham e Eitingon, a fim de que o candidato desenvolvesse o manejo da técnica analítica.

Há muita controvérsia quanto ao trabalho de supervisão. Nas suas origens, na Hungria, considerou-se que o próprio analista didata de um candidato deveria fazer a supervisão dos atendimentos do seu analisando (esse modelo permanece em vigor naquele país e é secretamente praticado em outros lugares). Na França, Lacan considerou que o fundamental seria a análise do próprio analista e que as supervisões constituiriam uma espécie de resistência ao trabalho analítico; assim, o próprio analista é quem deveria se autorizar como tal. Todavia, permanece a necessidade de validação pelo grupo. A grande maioria dos analistas franceses, em vez de utilizar o termo *supervisão*, refere-se a esse processo como *análise de controle* ou simplesmente *controle*. O nome *controle*, contudo, costuma implicar uma atividade superegoica,

paradoxalmente contrária à proposta de uma autoautorização. Por lá nem sempre o controle é exercido por um único analista; também existem grupos de controle da prática de um analista em formação. Apesar da proposta de Lacan, os analistas que não se submetem ao controle costumam ser vistos com menosprezo, tanto por parte dos que o aceitaram quanto por parte das instituições a que pertencem.

Para que um candidato¹ a analista se qualifique na maioria das Sociedades e Institutos ligados à IPA, é necessário que faça análise pessoal com um analista didata e submeta-se a longas horas de supervisão. Na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), que segue o modelo estabelecido por Eitingon, o membro filiado necessita submeter-se a uma análise didática que deve durar no mínimo cinco anos, com quatro sessões semanais de análise com um analista didata e mais duas supervisões oficiais com dois analistas didatas diferentes, de 80 horas cada, a partir das quais deverá produzir dois diferentes relatórios de atendimento, que terão de ser apresentados a bancas para que ele possa ser aprovado, o que também depende da conclusão de todos os créditos requisitados. Pode-se argumentar que isso implicaria uma situação de poder dos didatas sobre os membros filiados, que teriam de se submeter às opiniões de seus analistas e supervisores. Já há algum tempo a SBPSP tem um grande número de didatas de diversas correntes teóricas, e um membro filiado que não se sinta confortável pode trocar seu analista ou supervisor. Como atividade correlata às supervisões, o membro filiado também deverá fazer pelo menos oito seminários clínicos com oito diferentes analistas didatas, de escolha livre, o que pode auxiliá-lo no encontro de diferentes maneiras de abordar a clínica com base em diferentes vieses teóricos. Porém, pode ser que essa situação não seja encontrada em grupos ou Sociedades menores, em que o candidato se vê diante de um corpo de didatas reduzido.

Questões transferenciais podem se manifestar na escolha do analista ou do supervisor, levando à formação de “seitas” ou “igrejas” dentro de grupos de analistas, sejam eles pertencentes à IPA ou não. Eventualmente, surge desconforto e zonas de conflito quando o supervisor não parece confluir com o pensamento do analista do supervisionando, mesmo quando aparentemente estão afiliados a uma única corrente de pensamento ou escola.

O supervisor pode impor seu pensamento ao supervisionando? Em mesa do último Congresso Internacional de Psicanálise da IPA, um analista francês descreveu a necessidade de mentir para seu supervisor-controlador quanto ao que se passava no atendimento de um paciente específico, em razão dos modos extremamente violentos e autoritários daquele. Em contrapartida, o supervisionando pode se pôr numa situação de dependência idealizada do

1 Ou analista em formação, ou membro filiado, conforme o Instituto e a Sociedade a que pertence.

supervisor, ou ainda de sistemática afronta ao supervisor, o qual deveria corroborar seus pontos de vista e jamais questionar aquilo que já pensa.

Deparamo-nos com outras questões: que uso se faz de uma supervisão? Supervisiona-se o atendimento que é feito? A preocupação é com o paciente do supervisionando? Ou o intuito é o desenvolvimento de um pensamento clínico? Nessa perspectiva o atendimento apresentado é visto como eventos supostamente ocorridos que servem para exercitar o olhar clínico e a intuição, que não implicam propriamente um paciente específico, mas que podem impactar todo o modo de trabalho do supervisionando a partir da expansão do seu escopo. Ainda, o foco da supervisão está no paciente ou no supervisionando? Ou na experiência emocional? Ou na observação daquilo que é apresentado durante a supervisão, seja nos relatos em si, seja na forma e na razão de fazê-los durante a supervisão?

Há analistas didatas que se contrapõem à necessidade de que as supervisões oficiais sejam feitas com o mesmo analista-supervisor em toda a sua duração, pois acreditam que isso poderia constituir uma doutrinação do supervisionando. Em contrapartida, há supervisionandos que consideram a experiência com um supervisor tão útil e gratificante que permanecem em supervisão por muito mais tempo que as horas demandadas.

Analistas experientes também se veem na necessidade de conversar com outros colegas ou de se submeter a supervisões diante de situações nas quais se encontram perplexos ou sem instrumentos. Seria o caso de mais supervisão ou de retomada de uma análise pessoal?

Glen Gabbard, no último congresso da IPA, que deveria ter ocorrido em Vancouver, mas foi realizado *online*, comentou sobre a dificuldade dos analistas de hoje em pedir ajuda a seus pares, dando a impressão de que têm medo de solicitá-la. Ele sublinha nessa fala a importância de todo analista, ao longo da sua atividade, procurar alguém para conversar e se consultar sobre – talvez para supervisionar – os seus atendimentos, ressaltando a necessidade de um terceiro para olhar, ver e refletir. Super-visão seria esse terceiro, que pode oferecer sua visão e sua escuta sobre o trabalho da dupla?

Há Sociedades que propõem a abolição da função de didata, pois ela seria algo de natureza autoritária e antidemocrática. Todavia, para muitos, essa função é essencial, visto que o didata deve ser alguém que a instituição reconheça ter notório conhecimento da psicanálise, que distinga com clareza essa prática de outras atividades terapêuticas e cuja atividade seja propriamente a de *psicanálise*, e não outra coisa que a ela se assemelhe (às vezes, totalmente discrepante, como o uso de florais de Bach e a doutrinação moral ou religiosa), para a preservação dessa função e de sua transmissão.

Por sua vez, conflitos institucionais podem respingar no trabalho de supervisão e análise pessoal. O que pensar a respeito disso?

A supervisão é uma conversa horizontal dentro de uma relação assimétrica (visto que o supervisor em princípio deve ser alguém com maior experiência que o supervisionando) ou ela é vertical e pode criar polos de conhecimento/não conhecimento, eventualmente intoleráveis para os envolvidos?

Como acontece em qualquer atividade e em qualquer instituição, toda função pode se desviar de seus propósitos e ser distorcida e pervertida. Mas será possível escapar dessa possibilidade, tendo em vista a natureza humana? E o que fazer para restringir ao máximo essa possibilidade? Além da própria análise pessoal, a supervisão poderia auxiliar nesse dilema?

A supervisão evoca a situação de análise, mas não é análise, e também mobiliza emocional, transferencial e contratransferencialmente situações infantis ligadas à aprendizagem. Assim, podem surgir emoções intensas ligadas a dependência, medo, perseguição, onipotência, impotência, demandas etc. Que reflexões derivam dessas questões?

Quais as diferenças entre supervisão oficial institucional e não institucional? O que isso implica para o trabalho?

Esperamos que este breve estímulo sirva para que trabalhos significativos, com uma ampla conversa, nos sejam encaminhados, tanto por parte dos que estão em supervisão quanto por parte dos supervisores e pensadores de nossa prática em geral.

Referências

- Kovács, V. (1936). Training and control-analysis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 17, 346-354.
- Rezze, C. J. (2012). Como formar o psicanalista ou como ser ou tornar-se psicanalista. In *Dimensões: psicanálise: Brasil: São Paulo* (pp. 269-279). SBPSP.
- Szönyi, G. (2014). The vicissitudes of the Budapest model of supervision: can we learn from it today? *Psychoanalytic Inquiry*, 34(6), 606-618.

Claudio Castelo Filho

Editor

Com a colaboração de Elsa Vera Kunze Post Susemihl

Editora associada